

Expediente

Editora-Chefe

Dra. Carolina de Moura Cordeiro Pontes • Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Pernambuco, Diretora da Escola Superior do MPPE, Doutora e Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande – (UFCG).

Coordenadora Editorial

Dra. Clarissa de Oliveira Gomes Marques da Cunha • Gerente de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da Escola Superior do Ministério Público de Pernambuco (ESMP), Doutora em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco – (UFPE) e Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco – (PPGD/UFPE).

Conselho Gestor

Dra. Carolina de Moura Cordeiro Pontes • Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Pernambuco, Diretora da Escola Superior do MPPE, Doutora e Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande – (UFCG).

Dr. Frederico José Santos de Oliveira • Promotor de Justiça do Ministério Público de Pernambuco e Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco – (PPGDH/UFPE).

Evângela de Andrade • Servidora da Assessoria Ministerial de Comunicação do Ministério Público de Pernambuco.

Eugênio José Batista Antunes • Servidor da Coordenadoria Ministerial de Tecnologia da Informação do Ministério Público de Pernambuco.

Conselho Editorial

Carolina de Moura Cordeiro Pontes • Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Pernambuco, Diretora da Escola Superior do MPPE, Doutora e Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande – (UFCG).

Clarissa de Oliveira Gomes Marques da Cunha • Gerente de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da Escola Superior do Ministério Público de Pernambuco (ESMP), Doutora em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco – (PPGD/UFPE).

José Edivaldo da Silva • Promotor de Justiça do Ministério Público de Pernambuco e Doutorando em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco – (PPGD/UNICAP).

Marco Aurélio Farias da Silva • Procurador de Justiça do Ministério Público de Pernambuco e Doutorando em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco – (PPGD/UNICAP).

Salomão Abdo Aziz Ismail Filho • Promotor de Justiça do Ministério Público de Pernambuco e Doutor em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco – (PPGD/UNICAP).

Rodrigo Ferraz de Castro Remígio • Servidor do Ministério Público de Pernambuco e Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco – (UFPE).

Eliane Cristina Pinto Moreira Folhes • Promotora de Justiça do Ministério Público do Pará e Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará – (NAEA/UFPA).

Joana D'arc Dias Martins • Promotora de Justiça do Ministério Público do Acre e Doutora pela Universidade de Marília/SP.

Maria de Jesus Rodrigues Araújo Heilmann • Promotora de Justiça do Ministério Público do Maranhão e Doutora em Direito e Ciência Política pela Faculdade de Direito da Universidade de Barcelona.

Rita Andréa Rehem Almeida Tourinho • Promotora de Justiça do Ministério Público da Bahia, Doutora em Direito pela Universidade Federal da Bahia – (PPGD/UFBA).

Andrea Walmsley Soares Carneiro • Procuradora da República MPF e Doutora em Ciências Criminais pela Universidade Federal de Pernambuco – (PPGD/UFPE).

Antonella Bruna Machado Torres Galindo • Doutora em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco – (PPGD/UFPE) e Professora Associada na Universidade Federal de Pernambuco – (UFPE).

Betânia Lemos Maciel • Doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (PosCom/UMESP) e Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco – (UFRPE).

Denise Luz • Doutora em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – (PPGD/PUCRS) e Professora da Universidade de Pernambuco – (UPE).

Francisco Sandoval • Doutor pela Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM) e Professor da Universidade Autónoma del Estado de Morelos – (UAEM/México).

Glauco Salomão Leite • Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGD/UFPE) e Professor da Universidade Católica de Pernambuco – (PPGD/UNICAP).

Juan David Posada Segura • Doutor em Direito pela Universidade de Barcelona e Professor da Universidade de Antioquia/Colômbia.

Patricio Pazminô Freire • Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Valência/Espanha e Professor da Universidade Técnica de Manabi/Equador.

Linha Editorial

A Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de Pernambuco está de portas abertas para receber contribuições da comunidade acadêmica, não se limitando a ser um veículo de comunicação interna do Ministério Público. Priorizamos a pluralidade de abordagens e perspectivas teóricas, com ênfase em textos interdisciplinares e análises críticas que abordem temáticas inerentes aos interesses tutelados pelo Ministério Público e/ou às funções institucionais a ele atribuídas pela Constituição da República e por leis infraconstitucionais.

Com o propósito de aprofundar as pesquisas nas linhas e teses do Ministério Público, a Revista estabelece as seguintes áreas temáticas para submissão de artigos:

a) Ministério Público: Focada no debate institucional, esta linha visa pesquisar e refletir sobre o papel da instituição no Estado Democrático de Direito.

b) Ciências Criminais: Refletindo a prevalência do tema na atuação ministerial, esta linha aborda o Direito e o Processo Penal, a Dogmática Penal, a Criminologia e a Política Criminal, utilizando o pluralismo de teorias.

c) Tutelas Coletivas e Difusas: Dada a sua relevância na sociedade brasileira atual, esta área dedica-se ao aprofundamento das questões relativas aos interesses transindividuais, difusos e coletivos.

d) Temas Interdisciplinares: Esta seção, de caráter amplo, acolhe abordagens inter e multidisciplinares, buscando a integração de campos como a sociologia, a teoria geral, a história e ciências afins no Direito, bem como o diálogo de outras ciências jurídicas com o Direito Penal.

e) Gestão e Inovação: Por fim, esta linha busca investigar como as ferramentas de inovação, tecnológicas ou não, e os novos modelos de gestão podem aprimorar a atuação ministerial, garantindo agilidade, transparência e segurança jurídica. Dedicar-se também à análise das tecnologias emergentes aplicadas ao campo jurídico, incluindo-se Inteligência Artificial, transformação digital e automação de processos.

O aceite de artigos restringe-se a autores com titulação mínima de Especialista, que podem, ou não, colaborar em coautoria com pesquisadores sem Especialização. Exige-se que o trabalho seja inédito e os artigos devem, também, cumprir rigorosamente as normas da ABNT adotadas pela Revista. As regras completas e específicas podem ser consultadas nas Diretrizes para os Autores.

Funcionamos no sistema de publicação contínua, de modo que os artigos submetidos, após avaliação e aceite, serão publicados, sem a necessidade de esperar por um novo volume, desde que atendidas as exigências e identificada a pertinência da temática discutida. O modelo de fluxo contínuo permite maior celeridade na publicação e amplitude de divulgação, tornando o conhecimento científico disponível a um maior número de pessoas.

Processo de Avaliação por pares

A avaliação dos trabalhos submetidos é realizada por meio do sistema denominado “double blind peer review”, no qual cada trabalho submetido é avaliado, de forma anônima, por dois pareceristas doutores.

Política de Acesso Livre

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

Periodicidade

A Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de Pernambuco conta com edições anuais.

Instituição Responsável

Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Pernambuco - R. Imperador Dom Pedro II, 473 - Santo Antônio CEP 50.010-240 - Recife / PE. CNPJ: 24.417.065/0001-03 / Telefone: (81) 3182-7000.

Contato de apoio Técnico

Clarissa de Oliveira Gomes Marques da Cunha • revistaesmp@mppe.mp.br - (81) 9 9676-0272.